

Edenred Soluções de Pagamento HYL A S.A.

CNPJ nº 59.158.642/0001-65

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2022			
Balancos Patrimoniais	Controladora 2022	Consolidado 2022	Controladora 2021
Ativo/Circulante	405.389	410.833	386.013
Caixa e equivalentes de caixa	5 179.946	181.629	157.224
Contas a receber de clientes	6 190.329	194.091	204.403
Impostos a recuperar	7 8.595	8.595	5.732
Despesas antecipadas	6 6.482	6.482	2.692
Partes relacionadas	9 6.696	6.696	4.336
Outras contas a receber	13.341	13.341	11.626
Não circulante	172.086	169.893	94.034
Realizável a longo prazo:			
Aplicações financeiras LP	–	1.500	–
IR e CS diferidos	8, b 28.062	28.062	27.690
Depósitos judiciais	18 1.691	1.691	1.663
Empréstimo mútuo	10 2.097	2.097	–
Investimento	10 50.500	–	–
Imobilizado	11 13.079	29.007	9.080
Intangível	12 74.759	105.638	54.511
Direito de uso de bens arrendados	13 1.898	1.898	1.090
Total do ativo	577.475	580.727	480.047

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Controladora 2022	Consolidado 2022	Controladora 2021
Saldos em 31/12/2020 (representado)	64.414	14.447	(34.312)
Lucro líquido do exercício	–	–	10.479
Saldos em 31/12/2021	64.414	14.447	(23.833)
Lucro líquido do exercício	–	–	7.885
Saldos em 31/12/2022	64.414	14.447	(15.947)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Edenred Soluções de Pagamento HYL A S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; serviços de gestão de pagamento; prestação de atividades, no âmbito de arranjos de pagamento abertos ou próprios, como instituição de pagamento na modalidade que foi previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, que incluem, mas não limitam a prestação de serviços de pagamento; prestação de serviços de administração de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza especialmente relativos, mas não limitados a nas áreas de: (i) moedas, incentivos, promoções, viagens, lazer, recreação e outros, por meio de emissão, própria ou por terceiros, de vale pontos ou cartões para troca por bens, serviços ou e/ou saque, bem como a intermediação de negócios; e (ii) gestão e administração de despesas, adiantamento salarial, controle de custos ou qualquer outra prática, permitida ou não vedada por lei, relacionada a cartões eletrônicos de pagamentos com ou sem função de saque; prestação de serviços de informática e processamento de dados, inclusive de assessoria e consultoria técnica de informática, em especial para (1) a gestão de programas motivacionais, de fidelidade, eventos e outros; (2) o gerenciamento e manutenção de cadastro de clientes; e (3) elaboração de programas de computadores (software), inclusive jogos eletrônicos; a prestação de serviços de campanha de marketing e eventos promocionais, objetivando a fidelização de clientela, a promoção de bens e serviços em geral e a motivação profissional, bem como mediante a divulgação dessas promoções na mídia em geral, a organização e o gerenciamento de eventos e o agradecimento de propaganda e publicidade; a intermediação de negócios em geral e agenciamento; a prestação de serviço de propaganda e publicidade; a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, no país ou no exterior, cujo objeto social seja relacionado, necessário ou conveniente à consecução do objeto social da Companhia. A Companhia possui sua matriz localizada na Alameda Tocantins, 350, Alphaville, na cidade de Barueri, A. Embranded nos últimos anos vem passando por reestruturação, absorvendo produtos das demais empresas do Grupo, bem como lançando novos produtos, aumentando assim sua receita e o lucro das operações. No último ano houve o lançamento da PUNTO, solução de gestão de pagamentos que inclui um POS digital e inteligente para ajudar os comerciantes a acelerarem cartões e outros tipos de transações digitais. A maquininha aceita pagamento com as principais bandeiras do mercado, como Visa, Mastercard e Elo, além de soluções da Edenred. Dessa forma, nos últimos anos a Companhia vem apresentando lucro e compensando seu prejuízo acumulado. Caso haja necessidade de caixa no curto prazo, a Companhia conta com as demais empresas do Grupo seja por meio de operações de mútuo ou aumento de capital. Em 30 de novembro de 2022, a Companhia adquiriu a empresa Sysdata Tecnologia e Participações Ltda., especializada na captura, processamento e autorização para o segmento de meios de pagamentos. O detalhamento dessa aquisição encontra-se divulgado na nota explicativa nº 10. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as práticas contábeis de interpretação e as práticas técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. 2.2. Base de elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de uma mudança de mercado. Quando essas características não são consideradas na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias de níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade. • Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração. • Informações de Nível 2 são informações, que não possuam o mesmo grau de observabilidade quanto às informações para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo. 2.3. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Entidade	Percentual de Participação		Natureza	País
	2022	2021		
Sysdata Tecnologia e Participações Ltda.	100%	0%	Controlada	Brasil

Controlada é a entidade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente e preponderante, a obtenção de benefícios econômicos da maioria das decisões administrativas. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle total se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora. Saldos e transações intragrup, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrup, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. 2.4. Novos pronunciamentos e alterações de pronunciamentos técnicos: Alterações técnicas na IAS 1 e declaração de Práticas IFRS. A aprovação das Demonstrações Financeiras Contábeis - Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que duplicam ou resumem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros para a Companhia. Alterações da IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros - Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. 3. Principais fontes de receita: As principais fontes de receita são: 3.1. Impostos sobre a Renda - Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023, e não trazem impactos para a Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2023. 4. Principais fontes de custos: As principais fontes de custos são: 4.1. Custos com a aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos aos deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, seguindo as classificações estipuladas pelo CPC 48; (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e (iii) Valor justo por meio do resultado; e) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimentos ou resgates até no máximo 90 dias a partir da data da aplicação e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no fim de cada exercício, que não excedem o seu valor justo ou de realização. f) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída mediante uma análise do risco de realização sobre os títulos e créditos e de acordo com os critérios de perda esperada estipulados pelo CPC 48, para atender às prováveis perdas na realização desses ativos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6. g) Imobilizado. Registrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear. A vida útil mencionada na nota explicativa nº 11 leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. h) Intangível. Representado, principalmente, por ações e gastos com desenvolvimento de software, os valores estão demonstrados ao custo, e os softwares que possuem vida útil definida são amortizados em cinco anos, enquanto os ativos de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperação. i) Redução ao valor recuperável dos ativos, exceto ação. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como "Outras despesas operacionais". Não há perda de reconhecimento sobre o custo da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. j) Imposto de renda e contribuição social. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente e para a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

5. Caixa e equivalentes de caixa:			
	Controladora 2022	Consolidado 2022	Controladora 2021
Caixa e bancos	6.175	6.228	5.268
Equivalentes de caixa (*)	173.771	175.401	151.956
Total	179.946	181.629	157.224

(*) Em 31 de dezembro de 2022, os equivalentes de caixa estão representados por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, com liquidez imediata, remunerados por taxas que variam entre 75% e 103,75% (75% e 100% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário - "CDI".

6. Contas a receber:			
	Controladora 2022	Consolidado 2022	Controladora 2021
Clientes privados	133.120	136.882	138.631
Transações a faturar de clientes (a)	65.667	65.667	65.321
Outras contas a receber	15.023	15.023	12.771
Adições de créditos (b)	(15.540)	(15.540)	(4.349)
Subtotal	198.270	202.032	212.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.941)	(7.941)	(7.971)
Total	190.329	194.091	204.403

(a) O montante apresentado refere-se a transações processadas que representam valores de compras realizadas na rede credenciada à Companhia mas ainda não faturadas aos respectivos clientes, devido à data de corte do faturamento periódico; (b) Representam valores a devolver para clientes em decorrência de reversão de crédito por pagamentos realizados indevidamente ou a maior parte dos clientes. O saldo da rubrica "Contas a receber de clientes" por idade de vencimento é como segue:

	Controladora 2022	Consolidado 2022	Controladora 2021
A vencer	165.507	169.269	177.175
Vencidos:			
Até 30 dias	15.056	15.056	9.882
De 31 a 60 dias	5.311	5.311	4.793
De 61 a 90 dias	3.010	3.010	385
De 91 a 120 dias	2.519	2.519	4.626
De 121 a 180 dias	5.073	5.073	3.134
Acima de 180 dias	1.794	1.794	12.379
Total	198.270	202.032	212.374

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim representada:

	Controladora 2022	Consolidado 2022	Controladora 2021
Saldo no início do exercício	7.971	7.971	9.859
Adições	767	767	1.278
Reversões	(797)	(797)	(3.166)
Saldo no fim do exercício	7.941	7.941	7.971

7. Impostos a recuperar:			
	Controladora 2022	Consolidado 2022	Controladora 2021
Impostos federais	6.757	6.757	4.703
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre serviços	324	324	366
IRRF sobre aplicações financeiras	1.337	1.337	471
Outros	177	177	192
Total	8.595	8.595	5.732

(a) Correntes: A reconciliação do imposto de renda e a contribuição social é como segue:

	Controladora 2022	Consolidado 2022	Controladora 2021
Lucro antes do IR e da CS	9.085	9.212	13.915
IR e CS à alíquota de 34%	(3.089)	(3.132)	(4.731)
Diferenças permanentes:			
Invenção tecnológica - Média Provisória nº 11, 196/05 - incentivos fiscais	1.531	1.531	1.338
Outras diferenças permanentes	358	274	(43)
IR e CS - após adições e exclusões	(1.200)	(1.327)	(3.436)
Correntes	(1.572)	(1.699)	(2.275)
Diferidos	372	372	(1.161)
Despesa com IR e CS	(1.200)	(1.327)	(3.436)
Alíquota Efetiva	13%	14%	25%

Demonstrações do Resultado			
	Controladora 2022	Consolidado 2022	Controladora 2021
Receita operacional líquida	20 89.596	92.041	66.013
Custo dos serviços prestados	21 (31.488)	(32.126)	(21.176)
Lucro operacional bruto	58.108	59.913	44.837
Despesas operacionais			
Comerciais	21 (3.376)	(3.417)	(1.297)
Com pessoal	21 (21.921)	(22.561)	(15.164)
Assessoria e representação	21 (8.672)	(8.695)	(6.817)
Depreciação e amortização	21 (9.677)	(9.882)	(4.590)
Outras despesas gerais e administrativas	21 (2.781)	(3.120)	(4.272)
Outras despesas/recargas operacionais, líquidas	21 (16.462)	(16.462)	(12.010)
Equivalência Patrimonial	392	–	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(4.389)	(4.223)	687
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22 15.485	15.485	15.951
Despesas financeiras	22 (2.011)	(2.050)	(2.723)
Lucro antes do IR e da CS	9.085	9.212	13.915
IR e CS: Correntes	8 (1.572)	(1.699)	(2.275)
Diferidos	8 372	372	(1.161)
Lucro líquido do exercício	7.885	7.885	10.479
Média ponderada de Ações Ordinárias em circulação	298.377	298.377	298.377
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações de capital social - R\$	0,03	0,03	0,04

Demonstrações do Resultado Abrangente			
	Controladora 2022	Consolidado 2022	Controladora 2021
Lucro líquido do exercício	7.885	7.885	10.479
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	7.885	7.885	10.479
IR e CS a recolher	2022 1.572	2021 1.699	2020 2.275
Antecipações efetuadas	(1.572)	(1.572)	(1.062)
IR e CS a recolher	–	127	1.213
Diferidos: Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras, são provenientes de diferenças temporárias. Os créditos e débitos estão mantidos no ativo e passivo não circulantes, considerando a expectativa de realização com base em projeções de geração de lucro tributáveis. Os valores são demonstrados a seguir:			
	2021	Movimentação	2022
Prejuízo fiscal e base negativa de CSSL	21.991	644	22.635
Provisões a realizar	605	(324)	281
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	2.973	(226)	2.747
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.750	(10)	1.740
Provisões para bônus	88	74	162
Provisões intermediação	228	159	387
Provisões para benefícios a funcionários	55	55	110
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo	27.890	372	28.062
Expectativa de realização dos créditos tributários: A Administração avaliou a realização dos créditos tributários, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:			
	31.12.2021	31.12.2022	
	5.611	6.853	5.099
	11.566	8.951	10.838
	1.830	3.174	2.790
Total	27.890	28.062	

Em 31 de dezembro 2022, o valor presente líquido dos ativos fiscais diferidos estimados é de R\$ 25.379, calculados considerando a taxa média de mercado.

9. Ativos relacionados:			
	Controladora 2022	Consolidado 2022	Controladora 2021
Ativo Circulante	2.981	2.981	678
Ticket Soluções HDFGT S.A. (a)	2.813	2.813	3.375
Ticket Serviços S.A. (e)	–	–	9
Edenred Brasil Participações S.A.	16	16	274
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.	887	887	–
Repom S.A. (b)	6.696	6.696	4.336
Ativo não circulante	2.097	2.097	–
Ticket Soluções HDFGT S.A. (d)	2.097	2.097	–

(a) Ticket Soluções HDFGT S.A. refere-se substancialmente a valores a receber e a pagar por conta das transações do fundo de comércio. (b) Repom S.A. fornece serviços relativos à gestão de benefícios e frotas. (c) Ticket Serviços S.A. fornece serviços relativos à gestão de benefícios - vale alimentação, vale refeição e vale transporte a Companhia. (d) Refere-se a valores de empréstimo/mútuo com base nas diferenças entre o valor contábil recuperável e o valor recuperável de caixa e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. (e) Expectativa de realização dos créditos tributários: A Administração avaliou a realização dos créditos tributários, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021	2020
Direito de uso - imóveis	1.614	(651)	963
Direito de uso - veículos	52	(41)	11
Direito de uso - equip.	1.108	(184)	924
Total	2.774	(876)	1.898

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	2022	2021	2020
Direito de uso - imóveis	1.614	Adições	Baixas
Direito de uso - veículos	41	11	–
Direito de uso - equipamentos	–	1.138	(30)
Total	1.655	1.149	(30)

	2022	2021	2020
Amortização acumulada:			
Direito de uso - imóveis	(534)	(117)	–
Direito de uso - veículos	(31)	(10)	–
Direito de uso - veículos	(191)	7	(14)
Total	(655)	(318)	7

Valor líquido: 1.099 831 (23) 1.838

Como política do Grupo Edenred, a Companhia reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato. O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Edenred Soluções de Pagamento HYL A.S.A.

* continuação

e auto de infração com multa devido a falta de recolhimento de FGTS (RS21). Provisões cíveis: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em uma ação civil totalizando o valor de R\$10 (R\$681 em 2021), no âmbito da justiça cível e do juizado especial cível, movido por estabelecimentos. **Provisões trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em 2 (3 em 2021) reclamações trabalhistas totalizando o valor de R\$92 (R\$517 em 2021) movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos se constituíram em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária, entre outros. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

	Adições	Reversões	Pagamentos	2022
Tributários	7.659	476	-	8.135
Cíveis (a)	617	(671)	-	10
Trabalhistas (b)	511	7	(432)	92
Honorários - "success fee" (c)	800	-	-	800
Total	9.037	(188)	(432)	8.417

(a) A reversão refere-se ao processo de pedido de indenização contratual. (b) O pagamento refere-se a reclamatórias trabalhistas movida por antigos funcionários. (c) Referem-se a honorários de sucesso relativos a processos judiciais/administrativos patrocinados por assessores legais externos contratados pela Companhia. A Companhia, visando a uma melhor apresentação dos montantes envolvidos em suas causas trabalhistas, cíveis e tributárias, decidiu reclassificar os honorários advocatícios para a mesma rubrica de suas provisões. **Processos com perda possível:** A Administração da Companhia não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais cíveis e tributários em andamento, no montante de R\$14.973, sendo R\$14.831 (R\$12.931 em 2021) relativo a processos judiciais tributários e R\$142 (R\$108 em 2021) relativo a processos judiciais cíveis, para os quais, na avaliação dos seus assessores legais externos, a probabilidade de perda é considerada possível. O principal processo com perda possível está discriminado a seguir: • R\$9.036 (R\$8.884 em 2021): refere-se à ação anulatória tributária, tendo como autor a Fazenda Nacional sobre IRPJ/IRRF/CSLL/PIS/COFINS de 1995. 18.b) Depósitos judiciais. Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.691 (R\$1.663 em 2021) e está classificado na rubrica "Depósitos judiciais", no ativo não circulante. **19. Patrimônio líquido:** a) Capital social. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$64.414 (R\$64.414 em 2021), composto por 298.377.150 ações ordinárias nominativas (298.377.150 em 2021), constituído como segue:

	Quantidade de ações em 31/12/2022	Quantidade de ações em 31/12/2021	Participação %
Acionista			
Edenred Brasil Participações S.A.	193.880.743	193.880.743	64,96%
Edenred S.A.	64.404	64.404	0,02%
Manzart Inversões AUJ S.A.	83.545.603	83.545.603	28%
Guilherme Alberto Berthier Stumpf	20.886.400	20.886.400	7%
Total	298.377.150	298.377.150	100,00

b) Dividendos obrigatórios. O Estatuto Social define que a Companhia deve destinar aos acionistas, em cada exercício social, dividendos obrigatórios de no mínimo 25%, e, no máximo, 75% do lucro líquido auferido no exercício, após as deduções previstas. A Companhia não distribuiu dividendos obrigatórios para os

exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 em virtude do saldo de prejuízos acumulados. c) Ajuste de avaliação patrimonial. O valor de R\$14.447 registrado na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" é decorrente da operação societária onde a Companhia passou a ser a nova adquirente do arranjo de pagamento da Good Card Licenciamientos OSUA S.A. A Companhia realizou um laudo de avaliação do "Purchase Price Allocation - PPA" com a empresa de avaliação Iiko Organização Contábil Ltda, que avaliou o montante da mais valia do ativo intangível, tendo como contrapartida a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

	2022	2021
20. Receita operacional líquida:	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
Receita operacional bruta:		
Serviços prestados	87.079	89.628
Rendimento de aplicações financeiras	14.836	14.848
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(12.319)	(12.435)
Receita operacional líquida	89.596	92.041

21. Recargas (despesas) operacionais:

	2022	2021
Controladora Consolidado	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
Gastos com pessoal na prestação de serviços	(32.335)	(32.971)
Outras Despesas Operacionais	(20.410)	(20.521)
Prestadores de Serviços	(12.091)	(12.292)

	2022	2021
Controladora Consolidado	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
Gastos com materiais e propaganda na prestação de serviços	(12.189)	(12.673)
Depreciação e Amortização	(9.677)	(9.882)
Gastos com Assessoria Consultoria e Auditoria	(4.645)	(4.668)
Gastos com Manutenção e Limpeza	(2.274)	(2.459)
Despesa de locomoção	(532)	(546)
Gastos com Informática e Comunicação	(402)	(406)
Aluguel e Condomínio	(292)	(316)
Representantes Comerciais	-	(8)
Perda/ganho na venda do Imobilizado	(5)	(5)
Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários	447	447
Equivalência Patrimonial	392	-
Provisão para devedores duvidosos	28	28
(93.985)	(96.264)	(65.326)

	2022	2021
Controladora Consolidado	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(31.488)	(32.128)
Despesas com pessoal	(21.921)	(22.561)
Outras despesas gerais e administrativas	(2.781)	(3.120)
Assessoria e representação	(8.672)	(8.695)
Depreciação e amortização	(9.677)	(9.882)
Despesas comerciais	(3.376)	(3.416)
Equivalência Patrimonial	392	-
Outras receitas operacionais líquidas	(16.462)	(16.462)
Total	(93.985)	(96.264)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais da auditoria, exercizamos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

	2022	2021
22. Resultado financeiro:	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
Receitas financeiras:		
Outras receitas financeiras	8.632	8.632
Juros recebidos de clientes e estabelecimentos	6.441	6.441
Ganhos com variações monetárias	412	412
Total	15.485	15.485

Despesas financeiras:

Despesas bancárias	(1.007)	(1.030)
Outras despesas financeiras	(737)	(753)
Juros sobre passivo de arrendamento	(168)	(168)
Descontos concedidos e outros incentivos	(99)	(99)
Total	(2.011)	(2.050)

23. Lucro líquido por lote de mil ações do capital social: Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia possui apenas ações ordinárias. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação. O lucro por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	2022	2021
Controladora Consolidado	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
Lucro Líquido	7.885	7.885

Média ponderada de ações ordinárias (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico e diluído por ação

Lucro por ação - básico e diluído - R\$	0,03	0,03
24. Instrumentos financeiros:	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado

Considerações gerais. A Companhia contrata operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A Administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio. As políticas de aplicações financeiras e empréstimos a pagar estabelecidas pela Administração da Companhia elegem as instituições financeiras com as quais as operações podem ser realizadas, além de definir limites quanto aos valores a serem aplicados em cada uma delas. b) Valor de mercado de instrumentos financeiros. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia refletem substancialmente os seus valores de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros, no caso aplicações financeiras, foram obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando taxas e juros cobrados atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares. c) Risco de crédito. A política de venda e de prestação de serviços da Companhia está associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa". A Companhia tem política específica definindo as diretrizes

e os procedimentos de análise de risco para o processo de credenciamento e manutenção de estabelecimentos. Nesse processo estão envolvidos os riscos relacionados a fraudes. d) Risco de liquidez. A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos. e) Risco cambial. A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus ativos e passivos são denominados em reais (R\$). f) Risco operacional. A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos. Os planos para contingência estão formalizados pela Administração, o que permitirá à Companhia recuperar seus níveis de operação em caso de manifestações de riscos operacionais, tais como interrupções no fornecimento de energia ou nos sistemas de telecomunicações da rede de captura e processamento da Companhia. A Companhia possui uma equipe especializada e utiliza sistemas antifraude para o monitoramento de transações (monetárias ou não) efetuadas com cartões. Tais ferramentas apontam e identificam transações suspeitas de fraude no momento da autorização e consultas suspeitas nos cartões, enviando alertas à equipe de prevenção à fraude, para que esta contate o portador do cartão. g) Garantias concedidas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém contratada uma operação de garantia internacional da Edenred S.A., no valor de US\$15.000, tendo como beneficiária a Mastercard Intl. Incorp. NY. h) Instrumentos financeiros. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados:

	2022	2021
Controladora Consolidado	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	179.946	181.629
Contas a receber de clientes	190.329	194.091
Outros créditos com partes relacionadas	6.696	6.696
Total	376.971	382.416

	2022	2021
Controladora Consolidado	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
Passivos financeiros:		
Fornecedores	111.468	112.285
Afilizados a pagar	12.245	12.245
Reembolsos a efetuar	278.055	278.057
Outras contas a pagar com partes relacionadas	4.046	4.046
Contas a pagar aquisição de empresas	968	968
Outras contas a pagar	49.577	49.629
Total	456.359	457.230

Diretoria	
Alfredo Antonio Bernacchi	Diretor Presidente
Viviane Pampin Rodriguez	Diretora Financeira
Adriana Rodrigues Chaves	Controladora CRC-1SP 260030/O-0

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUACHE TOMHATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro

Contador

CRC nº 1 SP 236588/O-4

Deloitte.

Edenred Brasil Participações S.A.

CNPJ nº 42.169.508/0001-88

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Balancos Patrimoniais		2022	2021	Balancos Patrimoniais		2022	2021	Demonstrações do Resultado		2022	2021
Ativo/Circulante				Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante				Despesas Operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	429.867	402.270		Fornecedores	132	90	Comerciais	(675)	(148)		
Contas a receber de clientes	4.652			Obrigações trabalhistas	1.075	1.619	Com pessoal	(4.542)	(9.276)		
Impostos a recuperar	14.520	19.379		Obrigações tributárias	3.910	3.517	Assessoria e representação	(2.711)	(5.402)		
Despesas antecipadas	-	20		IR e CS a recolher	6.410	2.811	Depreciação e amortização	(468)	(137)		
Partes relacionadas	228	639		Partes relacionadas	373	407	Outras despesas gerais e administrativas	2.364	(1.435)		
Dividendos a receber	179.330	143.148		Dividendos obrigatórios	118.074		Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	1.710	6.029		
Outras contas a receber	435	1.408		Arrendamento a pagar CP	485	377	Equivalência Patrimonial	442.772	408.874		
Total do Ativo Circulante	629.032	566.864		Outras contas a pagar	428	2.029	Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	438.450	398.505		
Não Circulante				Total do passivo circulante	130.887	10.850	Resultado Financeiro				
Realizável a longo prazo:				Não Circulante			Receitas financeiras	86.592	28.614		
IR e CS diferidos	698	1.318		Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.382	2.768	Despesas financeiras	(664)	(3.177)		
Depósitos judiciais	2.336	2.236		Passivo a descoberto em participações societárias	1.429	910	Lucro antes do IR e da CS	524.378	423.942		
Empréstimo mútuo	234.278	274.224		Arrendamento a pagar LP	66	-	IR e CS				
Investimento	1.592.597	1.347.604		Total do passivo não circulante	3.877	3.678	Correntes	(26.604)	(5.709)		
Imobilizado	53	68		Patrimônio Líquido			Diferidos	(620)	(488)		
Intangível	708.982	708.741		Capital social	1.689.377	1.689.377	Lucro Líquido do Exercício	497.154	417.745		
Direito de uso de bens arrendados	539	372		Reservas de capital	799.089	798.711	Lucro Líquido do Exercício por Lote de Mil Ações do Capital Social - R\$	98,94	83,13		
Total do ativo não circulante	2.539.483	2.334.563		Reservas de lucros	574.035	407.309	Demonstrações do Resultado Abrangente	2022	2021		
Total do Ativo	3.168.515	2.901.427		Outros resultados abrangentes	(23.175)	(2.926)	Lucro Operacional	497.154	417.745		
				Ajuste de avaliação patrimonial	(5.572)	(5.572)	Reconhecimento do ganho da parcela efetiva do instrumento financeiro por equivalência patrimonial (22.010)	(20.249)	(104.811)		
				Total do patrimônio líquido	3.033.751	2.886.899	Reconhecimento de itens que poderão ser reclassificados para o resultado por equivalência patrimonial - benefícios a funcionários	1.761	2.982		
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.168.515	2.901.427	Resultado Abrangente do Exercício	476.905	312.934		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Reserva de Capital social	Reserva de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	672.477	794.798	174.495	489.249	(5.572)	101.885	2.427.332
Transações de capital	-	3.913	-	-	-	-	3.913
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(25.983)	-	-	(25.983)
Reversão de dividendos para aumento de capital	-	-	-	168.703	-	-	168.703
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	417.745	417.745
Reserva Legal	-	20.887	-	-	-	(20.887)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(104.811)	-	(104.811)
Aumento de capital	816.900	-	(631.970)	-	-	(184.930)	-
Constituição de outras reservas	-	-	211.928	-	-	(211.928)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	1.689.377	798.711	195.383	211.926	(5.572)	(2.926)	2.886.899
Transações de capital	-	375	-	-			

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C20C-ADED-7BB4-7978> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C20C-ADED-7BB4-7978



Hash do Documento

426D08EBA0F7DED50EBDE88C46165E6B5FCE0E0A1770C3A2D35E6FE3FDC3A031

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 04/03/2023 05:46 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



Relatório de Administração: Apresentamos o Relatório de Desenvolvimento das Demonstrações Financeiras da Repom S.A. ("Companhia" ou "Repom") referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional

Balancos Patrimoniais	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	22.716	6.283
Saldos em 30 de Junho de 2022		145.969	94.660
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	144.023	94.102
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.946	558
Rendas a receber	6	146.612	134.534
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa	7	(7.321)	(8.102)
Impostos a compensar		7.543	7.498
Despesas antecipadas		11.566	2.889
Outras contas a receber		4.841	63.550
Total do ativo circulante		321.929	301.312
Não Circulante			
Realizável a longo prazo:			
Instrumentos financeiros		118.814	17.479
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.2	7.069	-
Títulos e valores mobiliários	5.1	111.745	17.479
Créditos tributários	8.b	14.561	16.500
Depósitos judiciais		1.206	1.184
Imobilização de uso	9	11.516	11.735
(Depreciações acumuladas)	9	(9.447)	(9.331)
Intangível	10	107.182	91.451
(Amortizações acumuladas)	10	(45.745)	(32.979)
Total do ativo não circulante		198.087	97.039
Total do Ativo		520.016	398.351

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Nota	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	27.897	48.261	1.357
	-	-	1.958
	-	-	(917)
	-	-	(2.534)
	-	-	398
	-	-	(11.327)
	-	-	26.020
	-	-	(1.301)
	-	-	(13.392)
	27.897	48.261	2.658
	27.897	48.261	2.658
	-	-	1.041
	-	-	(678)
	-	-	(2.078)
	-	-	555
	-	-	338
	-	-	18.876
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338
	-	-	38.382
	-	-	(1.919)
	-	-	(36.463)
	27.897	48.261	4.577
	27.897	48.261	4.577
	-	-	1.041
	-	-	(1.684)
	-	-	(678)
	-	-	(1.344)
	-	-	338</

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B454-655F-B58C-64C3> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B454-655F-B58C-64C3



Hash do Documento

A1F51EF5AA01E0543569F52EE52C34E268D9A8D1DC76C0F571B7A2D44BEB9FB1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 04/03/2023 05:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



Nogueira Patrimonial e Participações S.A.

CNPJ/MF: 46.155.487/0001-82

Errata
Nas Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, publicado no jornal O Dia/SP na versão impressa e digital, da edição de 28/02/2023, **onde se lê:** Diretoria: Afonso Nogueira de Freitas - Diretor Presidente; Anna Pugina Nogueira - Curadora, **leia-se:** Marcio Fernando Nogueira - Diretor.

AFN MÁQUINAS E IMPLEMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 49.911.654/0001-66 - NIRE 35.300.326.221

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Convocamos os Senhores acionistas da sociedade Anônima AFN Máquinas e Implementos S/A para reunirem-se no dia 14/03/2023, às 10h00min, na sede da Companhia situada na Cidade de Itapira/SP, na Rua XV de Novembro, nº 741/7181, Bairro Santo Antônio, CEP 13974-903, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para discutir e aprovarem as matérias submetidas às deliberações na ordem do dia: (I) Tomar a contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2022; (II) Eleição dos novos membros da Diretoria; (III) Regularização de quadro de acionistas, ante a recusa no recebimento de ações doadas. Itapira, 04/03/2023. **Márcio Fernando Nogueira** - Secretário. (04.07.08)

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas
Ficam convocados os acionistas de **Casa de Saúde Santa Rita S.A. (Companhia)** para se reunirem no dia 13 de março de 2023, às 14:30 horas, em assembleia geral extraordinária **A Ser Realizada Na Sede Da Companhia (Assembleia)**, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a exclusão do artigo 7º do estatuto social da Companhia, com a consequente alteração e consolidação do estatuto social. **Instruções aos Participantes:** Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantaria.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 2 de março de 2023. **Carlos Eduardo Lichtenberger** - Diretor Presidente.

FOXX URE-BA AMBIENTAL S.A.

CNPJ/MF Nº 14.641.895/0001-58 - NIRE 35.300.522 57-5

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Data, Hora e Local: Em 22 de dezembro de 2022, às 9 horas, na sede social da FOXX URE BA Ambiental S.A. ("Companhia"), situada na Avenida Pirarucu, n. 3891, Conjunto 3.901, Nova Aldeinha/Aldeia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06440-185. **2. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza o Artigo 20º do Estatuto Social. **3. Presença e Instalação:** Diante da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme assinaturas constantes ao final desta ata, a reunião foi devidamente instalada. **4. Mesa:** O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Ismar Machado Assaly assumiu os trabalhos na qualidade de Presidente da Mesa, tendo indicado o Sr. Milton Pílaio Júnior para Secretário da Mesa. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o acolhimento do pedido de renúncia do Sr. Dalton Assunção Canellas Filho do cargo de Diretor sem Designação Específica; (ii) a ratificação do mandato do Sr. Leonardo Roberto Pereira dos Santos, na qualidade de Diretor Financeiro da Companhia; (iii) a eleição dos demais membros da Diretoria da Companhia; (iv) a eleição do Vice- Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (v) a distribuição da remuneração global aprovada pelas Acionistas em Assembleia Geral Extraordinária entre os administradores da Companhia. **6. Deliberações:** Após discutirem e votarem a matéria constante da ordem do dia, a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade e sem quaisquer objeções, deliberaram por: (I) **Consignar** o pedido de renúncia do Sr. Dalton Assunção Canellas Filho, que ocupou o cargo de Diretor sem Designação Específica da Companhia, até a presente data, conforme carta de renúncia enviada à Companhia na presente data. O Diretor ora renunciante declara não existir qualquer obrigação pendente entre ele e a Companhia e seus acionistas e afirma ainda não haver nada a reclamar dos mesmos, a qualquer tempo, a qualquer título, com relação a todo e qualquer ato ou omissão durante o prazo em que exerceu o cargo de Diretor, dando à Companhia e às Acionistas a mais plena, geral, irrevogável e irretroativa quitação; (II) **Aprovar** a ratificação do mandato do Sr. Leonardo Roberto Pereira dos Santos ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, que vigorará até 30 de julho de 2023; (III) **Eleger** os demais membros da Diretoria da Companhia, com mandato unificado ao mandato do Diretor Financeiro, portanto, até 30 de julho de 2023, os quais serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, para o mandato unificado, conforme item "ii" acima, sendo permitida a reeleição, a saber: **a) JORGE ROGÉRIO ELIAS**, brasileiro, natural de Florianópolis/SC, união estável, Engenheiro Mecânico, inscrito no CPF/ME sob o nº 887.822.129-53, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.307.989 SSP/SC, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, 12.901, 8º andar (Torre Oeste), Brooklin Paulista, CEP 04578-000, para o cargo de Diretor sem Designação Específica; e **b) MARCELO BATISTA GOMES**, brasileiro, divorciado, Analista de Sistemas, inscrito no CPF/ME sob o nº 847.025.677-72, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.650.856-54 SSP/BA, com endereço profissional na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, CEP: 05.429-000, São Paulo - SP, para o cargo de Diretor sem Designação Específica. Os Diretores ora eleitos tomarão posse mediante assinatura, no prazo legal, dos competentes Termos de Posse a serem lavrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, nos termos do art. 149 da Lei nº 6.404/1976, declarando, sob as penas da lei, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/1976 e legislação aplicável, que não estão impedidos de ocupar os cargos de administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que, temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade e que tampouco existe motivo de impedimento decorrente de qualquer outra circunstância legalmente prevista como impeditiva do exercício das atividades empresariais ou administração da Companhia. Os Diretores são investidos em todos os poderes e atribuições estipulados pela lei e/ou pelo Estatuto Social da Companhia. Não serão consideradas concorrentes empresas em que a Companhia participe, direta ou indiretamente, nem suas afiliadas, coligadas, controladas e/ou controladoras, enfim, empresas que pertençam ao mesmo grupo econômico da Companhia. Em razão das deliberações tomadas acima, a Diretoria da Companhia fica composta pelos seguintes membros: (I) Diretor Financeiro: Leonardo Roberto Pereira dos Santos e (II) Diretores Sem Designação Específica: Jorge Rogério Elias e Marcelo Batista Gomes. **(IV) Eleger** o seguinte membro do Conselho de Administração da Companhia para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, a saber, o Sr. MILTON PÍLAIO JÚNIOR, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 15.620.718-7, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia nº 125.107.888-50, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, 12.901, 8º andar (Torre Oeste), Brooklin Paulista, CEP 04578-000, o qual será investido em seu respectivo cargo nos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, mediante assinatura do respectivo termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, para o mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. O membro ora eleito Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia tomará posse mediante assinatura, no prazo legal, do competente Termo de Posse a ser lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do art. 149 da Lei nº 6.404/1976, declarando, sob as penas da lei, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/1976 e legislação aplicável, que não está impedido de ocupar os cargos de administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que, temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade e que tampouco existe motivo de impedimento decorrente de qualquer outra circunstância legalmente prevista como impeditiva do exercício das atividades empresariais ou administração da Companhia. O membro do Conselho é investido em todos os poderes e atribuições estipulados pela lei e/ou pelo Estatuto Social da Companhia. Não serão consideradas concorrentes empresas em que a Companhia participe, direta ou indiretamente, nem suas afiliadas, coligadas, controladas e/ou controladoras, enfim, empresas que pertençam ao mesmo grupo econômico da Companhia. **(V) Aprovar** a não remuneração da administração, conforme aprovada em assembleia geral extraordinária da Companhia. **7. Publicações e Arquivamento:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes deliberaram pelo arquivamento desta ata perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, para os devidos fins legais, e autorizaram a adoção de todas as medidas que se fizerem necessárias para concretizar as deliberações formalizadas nesta ata. **8. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida foi aprovada por todos os Conselheiros de Administração e, em seguida, por todos assinada. São Paulo/SP, 22 de dezembro de 2022. MESA: Ismar Machado Assaly — Presidente da Mesa; Milton Pílaio Júnior - Secretário da Mesa. **CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO:** (I) Ismar Machado Assaly; (II) Milton Pílaio Júnior; e (III) Marcelo Batista Gomes. **MESA: ISMAR MACHADO ASSALY** - Presidente da Mesa; **MILTON PÍLAIO JÚNIOR** - Secretário da Mesa. **CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO: ISMAR MACHADO ASSALY; MILTON PÍLAIO JÚNIOR; MARCELO BATISTA GOMES. Diretores Eleitos: JORGE ROGÉRIO ELIAS; MARCELO BATISTA GOMES.** Jucesp nº 1.204/23-3 em 03/01/2023. Gisela Siemiema Ceschin - Secretária Geral.

FOXX URE-BA AMBIENTAL S.A.

CNPJ/MF Nº 14.641.895/0001-58 - NIRE 35.300.522 57-5

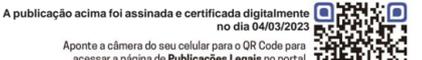
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2022

peessoa que ele indicar, será responsável por presidir as reuniões do Conselho de Administração e indicar os respectivos secretários. **Art. 17** - Em caso de impedimento temporário ou ausência, o conselheiro temporariamente impedido ou ausente poderá nomear outro membro do Conselho de Administração para esse voto em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração. **Art. 18** - O Conselho de Administração realizará reuniões sempre que necessário, mediante convocação por qualquer de seus membros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. A convocação deverá conter a ordem do dia, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais", e deverão ser apresentados todos e quaisquer documentos necessários ao exercício do direito de voto na reunião do Conselho de Administração em questão. **Parágrafo Único** - As atas das reuniões do Conselho de Administração deverão ser lavradas em livro próprio e serão válidas se assinadas por quantos membros do Conselho de Administração bastem para a aprovação das matérias nela discutidas. **Parágrafo Segundo** - Na reunião do Conselho de Administração, os Conselheiros somente discutirão e tratarão dos assuntos incluídos na notificação, a menos que acordado de outra forma pelo voto unânime de todos os Conselheiros da Companhia, que deverão necessariamente estar presentes ou representados na reunião. **Art. 19** - As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas em primeira convocação, com a presença da totalidade dos seus membros efetivos e, em segunda convocação, a ser realizada no 3º (terceiro) dia útil subsequente, com qualquer número de conselheiros, pessoalmente ou na forma do artigo 20 abaixo. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os conselheiros. **Art. 20** - Independentemente das formalidades de convocação para as Reuniões do Conselho de Administração previstas no Art. 19 acima, será considerada regularmente convocada a Reunião do Conselho de Administração à qual comparecerem todos os membros efetivos ou representados por seus respectivos procuradores, desde que tal procurador seja também um membro do Conselho de Administração e, ainda, que esteja munido da declaração de o instrumento de mandato especifique o voto do Conselheiro ausente. **Art. 21** - As seguintes matérias estarão sujeitas, e só poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, mediante a aprovação da maioria simples de seus membros: (a) aprovação de atos de transferência de tecnologia, venda, licenciamento, registro ou renúncia de patentes, marcas registradas, informações técnicas e know-how detidas pela Companhia para quaisquer terceiros; (b) alienação de qualquer bem integrante do ativo permanente da Companhia de valor inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou qualquer bem obsoleto, desde que não previsto no Plano de Negócios; (c) a celebração de qualquer contrato de financiamento ou empréstimo que impacte no endividamento da Companhia, não previsto no Plano de Negócios, e que não necessite de garantia dos Acionistas, de valor, isolado ou em conjunto de operações, acima de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), e desde que o financiamento ou empréstimo não implique em qualquer tipo de regresso financeiro ou reputacional aos acionistas; (d) observado o disposto nos demais itens deste Estatuto Social, a celebração de quaisquer atos jurídicos ou prática de ações não previstos no Plano de Negócios, de valor, isolado ou em conjunto que seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) e desde que referido ato jurídico não implique em qualquer tipo de regresso financeiro ou reputacional aos Acionistas; (e) a alienação, venda, cessão, transferência ou disposição, sob qualquer forma, de quaisquer outros projetos em valor superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), por operação ou conjunto de operações sucessivas no mesmo exercício social; e (f) venda ou outra forma de transferência ou alienação da totalidade ou de parte substancial dos ativos da Companhia de valores que, isolado ou em conjunto, sejam inferiores a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), desde que não previsto no Plano de Negócios ou em caso de obsolescência. **Parágrafo Único** - Os valores referenciados neste Artigo deverão ser atualizados anualmente pelo IPCA, a partir da presente data. **Art. 22** - As seguintes matérias estarão sujeitas, e só poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, mediante a aprovação de no mínimo 90% (noventa por cento) de seus membros: (a) venda ou outra forma de transferência ou alienação da totalidade ou de parte substancial dos ativos da Companhia de valores superiores a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), exceto em caso de venda de ativos no curso normal dos negócios ou em caso de obsolescência; (b) celebração de qualquer contrato de financiamento ou empréstimo que impacte no endividamento da Companhia, não previsto no Plano de Negócios, e que necessite de garantia dos Acionistas; (c) manifestação sobre o relatório da administração; (d) proposição à Assembleia Geral do pagamento de juros sobre capital próprio e de dividendos aos Acionistas, nos termos da legislação aplicável; (e) celebração de qualquer ato jurídico que enseje a prestação de garantias pelos Acionistas; (f) eleição dos Diretores da Companhia; (g) revisões e alterações periódicas do Plano de Negócios; (h) políticas de remuneração e benefícios da Diretoria, em desacordo com os padrões de mercado; (i) Regimento Interno da Companhia; e (j) escolha e destituição do Auditor Independente da Companhia, devendo ser escolhido dentre as empresas de auditoria de primeira linha usualmente contratadas por companhias abertas. **Parágrafo Único** - Os valores referenciados neste Artigo deverão ser atualizados anualmente pelo IPCA, a partir da presente data. **SEÇÃO II DIRETORIA. Art. 23** - A Diretoria é órgão executivo da Administração da Companhia e tem os poderes para realizar todos e quaisquer atos relativos à gestão e administração da Companhia gerais de administração dos negócios da Companhia, em conformidade com as disposições do Estatuto Social e da legislação aplicável. **Art. 24** - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 3 (três) membros, os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de até 2 (dois) anos, permitida a reeleição, exercendo suas funções até a eleição e posse de seus substitutos. **Parágrafo Primeiro** - Os Diretores serão eleitos entre pessoas que, além de preencherem os requisitos legais, sejam de reconhecida idoneidade, possuam competência, capacidade e comprovada experiência profissionais. Em caso de vacância na Diretoria, deverá ser convocado o Conselho de Administração para deliberar sobre a substituição. **Parágrafo Segundo** - Os diretores exercerão as atribuições a eles conferidas pelo Conselho de Administração e atuarão no âmbito das atribuições que lhes foram assim conferidas. **Parágrafo Terceiro** - O Conselho de Administração poderá a qualquer tempo substituir os diretores. **Parágrafo Quarto** - Em vacância no cargo de qualquer diretor, deverá ser convocada uma reunião do Conselho de Administração para aprovar a indicação de um diretor substituto. **Parágrafo Quinto** - Os membros da Diretoria devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito aquele que de alguma forma possuir conflito de interesses com a Companhia. **Art. 25** - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais, será sempre realizada: (I) Por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto; (II) Por qualquer Diretor, agindo em conjunto com um procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no parágrafo único deste artigo; ou (III) Por 2 (dois) procuradores, agindo sempre em conjunto, com poderes específicos, constituídos conforme previsto no parágrafo único deste artigo. **Parágrafo Segundo** - As procurações outorgadas em nome da Companhia serão necessariamente firmadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e impossibilidade de substabelecer, com prazo de validade máximo 1 (um) ano, com exceção das procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado e permitirão o substabelecimento. Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano. **Art. 26** - A Diretoria tem os poderes para praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, observados os limites deste Estatuto Social, competindo-lhe especialmente, mas sem limitação, a: (i) alienação de qualquer bem integrante do ativo permanente da Companhia de valor até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), desde que previsto no Plano de Negócios; (ii) a celebração de qualquer contrato de financiamento ou empréstimo e/ou instrumento, não previsto no Plano de Negócios, que impacte no endividamento da Companhia de valor, isolado ou em conjunto de operações, até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e desde que não necessite de garantia dos acionistas, bem como não implique em qualquer tipo de regresso financeiro ou reputacional aos acionistas; e (iii) supervisão à elaboração e a execução do Orçamento da Companhia. **Parágrafo Primeiro** - Os valores referenciados nos itens deste Artigo, deverão ser atualizados anualmente pelo IPCA, a partir da presente data. **Parágrafo Segundo** - Não obstante o previsto acima, a Diretoria poderá incorrer em qualquer despesa cujo montante envolvido já esteja previsto no Plano de Negócios da Companhia. **CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL. Art. 31** - O Conselho Fiscal, quando instalado será composto por 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, eleitos em Assembleia Geral. **Art. 32** - O regulamento interno aplicável ao Conselho Fiscal será estabelecido pela Assembleia Geral dos Acionistas que solicitar sua instalação. **CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS. Art. 33** - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. **Art. 34** - Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. **Art. 35** - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **CAPÍTULO VII LIQUIDAÇÃO. Art. 36** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, competindo à Assembleia Geral nomear 1 (um) liquidante, e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, estabelecendo-lhes as respectivas remunerações e fixando-lhes forma e prazo. **CAPÍTULO VIII ACORDO DE ACIONISTAS. Art. 37** - A Companhia e seus administradores deverão respeitar e cumprir os acordos de acionistas celebrados pelos Acionistas da Companhia, desde que arquivados em sua sede ou que defina a Companhia tendo tomado conhecimento como interveniente-anuente. **Parágrafo Único** - As definições utilizadas neste Estatuto Social, tais como as palavras com letras maiúsculas, a exemplo de, mas não se restringindo a, Plano de Negócios e Regimento Interno, terão os respectivos significados conforme atribuídos pelo Acordo de Acionistas. **Art. 38** - A venda, cessão, transferência, constituição de ônus ou qualquer outra forma de disposição das ações da Companhia ou de qualquer participação ou direito sobre as ações de Companhia está restrita aos termos do Acordo de Acionistas, cuja cópia encontra-se devidamente arquivada na sede da Companhia. Nenhuma venda, cessão, transferência, constituição de ônus ou qualquer outra forma de disposição de ações emitidas pela Companhia terá eficácia a menos que os termos e condições do referido Acordo tenham sido totalmente cumpridos. **CAPÍTULO IX ARBITRAGEM. Art. 39** - Se quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias ("Conflito") de qualquer natureza surgirem em relação ao presente Estatuto Social, os Acionistas deverão enviar seus melhores esforços para solucionar o Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé e, caso falhem em chegar a um consenso após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da primeira notificação escrita versando sobre a matéria objeto do Conflito, então o Conflito deverá ser submetido à arbitragem ("Arbitragem"), observado o disposto em Acordo de Acionistas aplicável. **Parágrafo Primeiro** - A Arbitragem será conduzida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo perante e de acordo com as regras da Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC"). A Arbitragem será conduzida na língua portuguesa. **Parágrafo Segundo** - A Arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros. A parte reclamante, ou as partes reclamantes, agindo em conjunto, indicará um árbitro, a parte reclamada, ou as partes reclamadas, agindo em conjunto, indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com as regras do CCBC. **Parágrafo Terceiro** - Caso não seja possível agrupar as partes reclamantes e/ou as partes reclamadas, todas as partes envolvidas deverão indicar conjuntamente 2 (dois) árbitros, dentro do prazo estabelecido pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com as regras do CCBC. **Parágrafo Quarto** - Não obstante o acima exposto, qualquer das Acionistas e/ou a Companhia poderá requerer medida liminar ou cautelar no Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com o que renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto Social. Para tal finalidade, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, estado de São Paulo, com a renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Parágrafo Quinto** - A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes de acordo com seus termos. A sentença arbitral será tida pelas partes como solução do Conflito entre elas, que deverão acatá-la tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme as leis aplicáveis a este Estatuto Social. As Partes arcarão com os honorários dos árbitros e demais custos de Arbitragem cobrados pelo CCBC, na forma determinada no laudo arbitral. Cada parte deverá arcar com seus próprios custos durante a condução da Arbitragem. A execução da sentença arbitral poderá ser realizada por qualquer juízo que tenha jurisdição sobre as partes ou seus ativos. **Parágrafo Sexto** - A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de todo e qualquer Conflito. **CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 40** - Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela legislação sobre as sociedades por ações, pelas demais disposições legais e por resoluções da Assembleia Geral. São Paulo, 22 de dezembro de 2022.

Documento assinado e certificado digitalmente

Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

A Assinatura foi conferida do lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente em 04/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal de Assinaturas

https://www.jornalodiassp.com.br/filhoes-privacidade-link

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0398-5D29-8613-D80A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0398-5D29-8613-D80A



Hash do Documento

9AE7000D46043DBCC098E37AE2DE145CD7347F8DE932A5875522D3D5D04FBB30

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 04/03/2023 05:48 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

